

EXTENSÃO RURAL: HISTÓRIA E PRÁTICA EDUCATIVA INFORMAL

Maria Sibebe Brasiliense Portilho*

RESUMO: Traçamos, resumidamente, a trajetória histórica da Extensão Rural. Posteriormente, tecemos considerações sobre o conceito teórico de representação social como aplicado a pequenos produtores agrícolas, juntamente com o conceito de ideologia e a pertinência dos mesmos na elaboração do presente trabalho. Analisamos documentos produzidos para a atividade de "Bem-Estar Social", atividade desenvolvida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG -, que têm temáticas diferenciadas, com o objetivo de apreendermos a representação social que emerge dos textos e as intencionalidades implícitas ou explícitas.

ABSTRACT: An outline of the historical trajectory of Rural Extension is presented as basis for some considerations on the theoretical concept of **social representation** as applied to small agricultural producers, together with the concept of ideology and its pertinence in the framing of the present work. Extension documents produced for activity of "Social Welfare", with differentiated themes were examined, aiming at learning the **social representation** that emerges from these texts and the explicit or implicit intentions.

O presente artigo é parte da dissertação - **Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor** -, apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Em um primeiro momento, traçamos um breve histórico da Extensão Rural no Brasil. A posteriori, analisamos os documentos produzidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG -, para uma de suas atividades, a de "Bem-Estar Social", a qual desenvolve um trabalho educativo informal, principalmente nas áreas de saúde, saneamento básico, habitação, industrialização e conservação caseira de alimentos, nutrição e alimentação junto ao "pequeno produtor e sua família", e que expressa como objetivo dessa prática educativa incrementar a renda, para assim, melhorar as

* Professora do Instituto Luterano de Ensino Superior - ULBRA - Palmas -TO

condições e a qualidade de vida dos mesmos. É através da análise dos documentos produzidos para esta atividade - "Bem-Estar Social" - que buscaremos identificar a construção de uma determinada **representação social** do pequeno produtor e as intencionalidades implícitas ou explícitas.

Na perspectiva do extensionismo mineiro, a prática educativa informal é entendida como ação educativa sistematizada, organizada, que acontece junto ao produtor rural e sua família, inserida no seu universo de trabalho, de vida.

O serviço de Extensão Rural foi fundado no Brasil no ano de 1948 no Estado de Minas Gerais. No contexto histórico do pós-guerra, o extensionismo brasileiro ensaiou seus primeiros passos, objetivando a modernização da agricultura e a política de substituição das importações. O modelo extensionista implantado e institucionalizado no Brasil inspirou-se no modelo norte-americano, e sua concretização foi possível, devido à celebração de um convênio entre a American International Association for Economic and Social Development (AIA) e o governo mineiro de Milton Campos. A partir de então, estava criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais - ACAR-MG.

Nos anos 50, o serviço de Extensão Rural inicia seu processo de expansão pelo território brasileiro, culminando em 1956 com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR. À ABCAR caberia unificar, coordenar e angariar recursos financeiros para as atividades extensionistas.

Ainda na vigência do Plano Quinquenal da ABCAR de 1961-65, o Brasil vivencia um novo contexto político-social e cultural com a institucionalização do Regime Militar. Com a tomada de poder do Estado, há a imposição de um novo programa econômico e de uma estrutura autoritária de poder, legitimada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ministrada pela Escola Superior de Guerra, que Maria Helena Moreira Alves destaca em seu livro *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)* como:

(...) a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos "inimigos internos" e da "guerra psicológica". A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna (1989: 26-27).

A partir das diretrizes traçadas por este decreto, conjugadas com os resultados da avaliação do Plano Diretor, a ABCAR redimensionará seu trabalho no concernente ao público atendido, e ao conceito de educação. Com relação ao público atendido a ABCAR amplia sua clientela, visando atender, além do

pequeno e médio produtor, também o grande produtor, enfatizando sua ação junto àqueles que são proprietários de terras. AABCAR privilegiará a modernização da agricultura, através do incentivo à produção destinada à exportação, uma política agrícola atraente ao investimento do capital estrangeiro e em consonância com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG: 1964-1966).

Tanto os Programas como os Planos funcionam como instrumentos do capital, visando o incremento da produção e da produtividade e a conseqüente acumulação, o que contribui para agudizar os conflitos sociais. Assim, para atender à demanda a nível nacional de modernização agrícola, foi criado um órgão executivo central do governo com o objetivo de promover e executar as tarefas de pesquisa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA -, vinculada ao Ministério da Agricultura (Lei n.º 5.851, de 07 de dezembro de 1972).

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER - também é criada inserida neste contexto da política de modernização conservadora da agricultura, que em última instância buscava a manutenção do modelo de acumulação, através da minimização das contradições sócio-políticas e econômicas e da manutenção da ordem política vigente, com a participação popular controlada e dirigida pela ação estatal. No campo, tal política de modernização estava condicionada ao desenvolvimento do setor industrial, tanto como mercado consumidor dos produtos industrializados (máquinas, insumos e etc) quanto gerador de divisas via exportação, produtora de matérias-primas e de alimentos para o mercado interno, quanto gerador de empregos¹.

No transcurso dos anos 70 e 80, assistimos à Extensão Rural trabalhando em sintonia com a política nacional de modernização agrícola, modernização conservadora, atuando nos programas de abertura de novas fronteiras agrícolas, as áreas de cerrado. No período de implantação da EMBRATER, a Empresa apresentou prestígio e cresceu em número de escritórios espalhados pelo país, o corpo técnico ampliou-se, novos materiais de apoio metodológico e para uso administrativo foram adquiridos.

Todas estas mudanças aconteceram em virtude das facilidades que o Governo brasileiro tinha de conseguir empréstimos junto a organismos internacionais, como por exemplo o BIRD. A visão aqui expressa é a do ex-Presidente da EMBRATER (1979-1985), Glauco Olinger, cuja obra é a que apresenta um resgate da memória histórica da Extensão Rural pós fundação da

¹ Com relação à política de modernização agrícola e o conseqüente atrelamento ao desenvolvimento do setor industrial, vide: OLIVEIRA, 1987: 90-91; FONSECA, 1985: 176-181; QUEDA, 1987: 70-151.

EMBRATER, sua extinção e os anos posteriores até o ano de 1998. Mas, no governo do Presidente José Sarney, a diretoria da Empresa foi substituída² e

A EMBRATER iniciou, também, uma transformação nos rumos da coordenação nacional e seu presidente deu início a uma série de pronunciamentos sobre política agrária, especialmente sobre reforma agrária, que desagradavam as autoridades governamentais (OLINGER, 1996: 158).

No governo Collor de Mello em 1991, a EMBRATER foi extinta. Através da ação educativa informal, característica do trabalho da Extensão Rural, a EMATER-MG busca alcançar seus objetivos, que traduzem-se genericamente, na promoção do homem, na melhoria de vida do mesmo através do aumento da produção e da produtividade:

Entretanto, o processo educacional não pode ser visto como a simples difusão de informações e de conhecimentos. O processo é essencialmente um processo de troca entre o educador e educando, através do qual, ambos aprendem e crescem, em cujo desenvolvimento a cultura e os valores do educando devem ser respeitados pelo educador. O processo educacional deve também caminhar no sentido de libertar o educando do educador, preparando o primeiro para pensar e tomar decisões, independentemente (EMATER-MG, 1984: 10).

A educação informal da Extensão Rural está imbricada no processo de integração/desintegração das relações sociais de produção, introjetando novos valores, novos "saberes", outros conhecimentos, na busca persistente de "modernizar" o homem do campo e a agricultura brasileira. Este processo de "modernização" do homem do campo concretiza-se por meio da disseminação e aplicação de novas tecnologias.

Obviamente, a prática educativa da Extensão Rural não é neutra. Ela profere um discurso ideológico que está subjacente a todo processo de construção/transmissão do conhecimento, concebido como socialmente necessário, a ser difundido para respaldar uma realidade que necessita ser preservada. Ela representa uma relação de poder. É uma prática educativa assistencialista, interventora e contribuidora para o processo de dominação.

² O extensionista Glauco Olinger, autor da obra citada, é que foi destituído do cargo de Presidente da EMBRATER pelo então Presidente da República José Sarney. Romeu Padilha de Figueiredo assume a Presidência da Empresa.

Fundamenta-se no ideário positivista de homem, de sociedade, de educação, de conhecimento. Utiliza, implicitamente, a teoria do Capital Humano como justificativa para atingir seus objetivos.

Objetivamos com este artigo verificar que tipo de **representação** está sendo estruturada na atividade denominada como de "Bem-Estar Social", através da análise dos textos produzidos para respaldar o trabalho de transmissão de conhecimento, difusão de técnicas e valores junto ao "pequeno produtor rural e sua família".

Esperamos elucidar a **representação** implícita, a função social do conhecimento transmitido pela Empresa, e a ligação com as classes hegemônicas, desvelando as implicações no processo de transformação da realidade concreta, possível ou não, através da prática educativa informal desenvolvida pela EMATER-MG.

Trabalhamos com o pressuposto de que o discurso proferido pela Extensão Rural representa o discurso dito "competente", conforme expresso por CHAUÍ (1989: 3-13), como discurso instituído, aquele revestido de poder para proferir sua fala, transmitir seu conhecimento e ser ouvido, acatado e respeitado. O discurso é competente quando nega a pluralidade, as diferenças culturais e tende a reproduzir o singular na ótica de uma determinada classe social, ignorando a tensão permanente existente numa sociedade alicerçada na propriedade privada dos meios de produção.

O discurso aqui trabalhado é o proferido por uma instituição social, que substitui saberes e práticas de sujeitos determinados por práticas discursivas, saberes para tais sujeitos (CHAUÍ, 1989: 304). É um discurso socialmente produzido, que tem uma estruturação própria e necessária à sua manutenção e consolidação.

A dimensão do conceito de ideologia, juntamente com o conceito de **representação social**, será privilegiada na busca de se apreender uma determinada construção da **representação social** do pequeno produtor na atividade de "Bem-Estar Social". O conceito de ideologia é aqui utilizado respaldando-se no elaborado por John B. Thompson:

(...) estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação (1995: 76).

Na elaboração de seu conceito da ideologia, Thompson apoia-se no que ele descreve como concepção latente da ideologia de Marx. Mantém um

critério de negatividade, de uma forma modificada, como uma característica definidora de ideologia: "isto é, o critério de sustentação das relações de dominação" (1995: 76).

A inclusão da dimensão ideológica na definição de **representação social** é passível de compreensão quando entendemos que nossas representações não são independentes: estão entrelaçadas na nossa concepção de homem e sociedade.

Bader Burihan Sawaia no artigo *Representação e Ideologia - o encontro desfetichizador*, afirma que:

*(...), unir ideologia e **Representação social** é implodir ambos para resgatá-los sob um novo paradigma que supere as ontologias regionais em busca de uma ontologia total, capaz de fundir ciências naturais e ciências sociais sob a égide das humanidades, para restabelecer o nexu bio, psico, físico e social que foi cindido pelo pensamento científico e ver o homem na totalidade do pensar-sentir e agir (1995: 83).*

Nas **representações sociais** a mediação emocional, portanto a dimensão cognitivo-afetiva individual do sujeito, está presente. E exprime, na perspectiva da dialética, uma relação de sujeito e objeto, que segundo Maria Fátima Guareschi, ao trabalhar o conceito de **Representações Sociais**, esta relação tem em suas origens dois aspectos fundamentais:

(..) o perceptivo, que implica a presença do objeto e o conceitual, que implica a ausência do objeto. Do ponto de vista do conceito, a presença do objeto, inclusive a sua própria existência, é inútil, do ponto de vista da percepção, a ausência do objeto ou sua inexistência são uma possibilidade (1993: 216).

Representação social significa não apenas a reprodução do conteúdo do pensamento. É a reelaboração, a reconstrução, a re-presentação do real, do objeto dado no engendramento mútuo e dialético entre indivíduo e sociedade, percepção e conceito (MAZZOTTI, 1994: 62).

A Extensão Rural, através da atividade de "Bem-Estar Social", equaciona o binômio: aumento da produtividade com melhoria na qualidade de vida. Bem-Estar Social é por nós entendido, não como uma dádiva concedida e ofertada pelo Estado ou seus aparelhos, mas como conquista laborada pelos que a ele têm direito.

Na busca de apreendermos a **representação social** que emerge dos textos destinados à atividade de "Bem-Estar Social" é que analisamos um

critério de negatividade, de uma forma modificada, como uma característica definidora de ideologia: "isto é, o critério de sustentação das relações de dominação" (1995: 76).

A inclusão da dimensão ideológica na definição de **representação social** é passível de compreensão quando entendemos que nossas representações não são independentes: estão entrelaçadas na nossa concepção de homem e sociedade.

Bader Burihan Sawaia no artigo *Representação e Ideologia - o encontro desfetichizador*, afirma que:

*(...), unir ideologia e **Representação social** é implodir ambos para resgatá-los sob um novo paradigma que supere as ontologias regionais em busca de uma ontologia total, capaz de fundir ciências naturais e ciências sociais sob a égide das humanidades, para restabelecer o nexu bio, psico, físico e social que foi cindido pelo pensamento científico e ver o homem na totalidade do pensar-sentir e agir (1995: 83).*

Nas **representações sociais** a mediação emocional, portanto a dimensão cognitivo-afetiva individual do sujeito, está presente. E exprime, na perspectiva da dialética, uma relação de sujeito e objeto, que segundo Maria Fátima Guareschi, ao trabalhar o conceito de **Representações Sociais**, esta relação tem em suas origens dois aspectos fundamentais:

(..) o perceptivo, que implica a presença do objeto e o conceitual, que implica a ausência do objeto. Do ponto de vista do conceito, a presença do objeto, inclusive a sua própria existência, é inútil, do ponto de vista da percepção, a ausência do objeto ou sua inexistência são uma possibilidade (1993: 216).

Representação social significa não apenas a reprodução do conteúdo do pensamento. É a reelaboração, a reconstrução, a re-presentação do real, do objeto dado no engendramento mútuo e dialético entre indivíduo e sociedade, percepção e conceito (MAZZOTTI, 1994: 62).

A Extensão Rural, através da atividade de "Bem-Estar Social", equaciona o binômio: aumento da produtividade com melhoria na qualidade de vida. Bem-Estar Social é por nós entendido, não como uma dádiva concedida e ofertada pelo Estado ou seus aparelhos, mas como conquista laborada pelos que a ele têm direito.

Na busca de apreendermos a **representação social** que emerge dos textos destinados à atividade de "Bem-Estar Social" é que analisamos um

documento produzido no período de atuação da ACAR-MG e dois já do período correspondente à EMATER-MG. Em apenas um dos documentos consta a data de publicação. Os três documentos abordam a mesma temática: melhoria de cozinha.

O primeiro documento analisado - *Melhore sua cozinha. Facilite seu trabalho* - publicado na época da ACAR-MG traz ilustrações de uma mulher, usando avental, touca nos cabelos e sorridente, que nos mostra uma cozinha planejada, dividida em centros de trabalho. O objetivo central é a **organização** da cozinha. A ilustração, de uma mulher cuidando das atividades domésticas e constante em todos os outros documentos, permite-nos afirmar, que contribui para reforçar a determinação do papel social conferido à mulher: o de dona de casa.

A cozinha planejada pelas extensionistas constitui-se de três centros que correspondem aos “lugares certos” para cada atividade. São eles: centro de preparo, centro de limpeza e centro de cozimento ou cocção. Tal divisão planejada dos lugares em que devem ficar cada centro, os cuidados relativos à limpeza, iluminação, circulação, ventilação, piso, água corrente, paredes, lata de lixo, alturas, armário, ou seja, ao arranjo da cozinha, estão carregadas de imagens que reforçam um ideal de sociedade projetada, de **organização** das dependências internas da casa adequadas às necessidades de um mundo onde impera a racionalidade do **planejamento**, da **ordem** e do **trabalho**. É muito mais uma **representação social** a ser cristalizada junto ao “pequeno produtor e sua família” do que a reprodução da realidade rural brasileira.

Tanto este documento quanto os dois outros publicados ainda no período da ACAR-MG trazem os mesmos conceitos como pilares de sustentação do saber que a Empresa pretende transmitir. São eles: **planejamento**, **organização**, **limpeza**, **trabalho**, **higiene**. É evidente que esses quatro conceitos chaves estão intimamente entrelaçados e servem para referendar o princípio capitalista de investimento no capital humano como fator de aumento da produtividade e da produção.

O conceito de **planejamento** é o que mais vezes comparece em todos os folders analisados. O **planejamento** entendido pela Extensão Rural embasa-se na ação interventora, que imiscui-se nas relações sociais e introjeta a sua racionalidade. **Planejamento** é visto pelo órgão de Extensão Rural como fundamental na sua prática educativa informal, como na prestação de assistência técnica e crédito rural.

Com a análise deste documento constatamos o quão abrangente e diferenciadas são as preocupações da atividade educativa informal da Extensão Rural. Para demonstrar tamanha abrangência, apresentamos a análise de um documento relativo ao tema saúde.

O documento - *Acabe com a verminose* -, apesar de ter sido publicado em 1978 ainda é, até os dias atuais, utilizado pelas técnicas de Bem-Estar Social. Ele difere dos demais, pois conta a história, em forma de quadrinhos, de Joãozinho. O Joãozinho é um menino branco.

A primeira ilustração mostra um menino triste, sozinho, com uma barriga enorme e descalço. Os dizeres acrescentam outras informações: "ele nasceu e mora na roça; na escola é o mais atrasado".

Joãozinho piorava dia a dia, ou seja, estava doente. Sua mãe levou-o ao Posto de Saúde para ser examinado pelo médico, que lhe pediu para trazer "suas fezes numa latinha para fazer um exame". O menino seguiu as instruções e o doutor constatou que ele estava com verminose. Joãozinho perguntou se era lombriga. O médico respondeu-lhe que, além das lombrigas, havia os vermes da opilação, aqueles que "estão roubando seu sangue".

Esta história em quadrinhos por si só sintetiza a **representação social** que a EMATER-MG deixa manifesta nos seus textos. O pequeno produtor é visto como **carente, passivo, sozinho, desamparado, simples**.

A doença, contraída pelo personagem Joãozinho, é característica em universos onde predominam o "atraso" socioeconômico. Nos quadrinhos este fato agrava-se ainda mais, pois o menino mora na "roça", portanto, está aquém do desenvolvimento alcançado pelo meio urbano.

Em momento algum, a criança é levada a refletir sobre suas condições de vida, a pensar sobre o meio social em que está inserida. A ela falta competência para questionar o fato de as casas da vizinhança apresentarem os mesmos problemas que a sua. A questão, que tem uma dimensão social, passa a ser um problema do núcleo familiar do personagem.

O conceito de **trabalho** aparece apenas no final da história. Ele vem coroando, com êxito e sucesso, a cura de Joãozinho, que obedientemente acatou os "conselhos" médicos. Agora, frente a sua nova realidade, ele é um menino "esperto", não inteligente. Na escola ele *ganha* boas notas. Melhor dizendo, os mestres conferem a ele uma nota melhor. O mérito dele em obter tal nota ou outra qualquer não é perceptível. Ele, agora, é uma criança alegre e trabalhadora e este é o seu grande mérito. Ele representa o protótipo do futuro trabalhador obediente, produtivo e conformado com sua história.

O documento é a **representação** da ótica capitalista de manutenção da **ordem, progresso** e valorização do **trabalho**. A trama que engendra o processo de construção da **representação social** do pequeno produtor está no emaranhado dos conceitos, que são determinados em razão direta com a textura social onde se articulam os sentimentos de identidade, de valorização, posicionamento e julgamento. Há sempre a busca de aproximação com conhecimentos preexistentes. A mediação emocional, a dimensão cognitivo-

afetiva exprime uma relação de sujeito e objeto na dimensão dialética e possibilita que o ausente torne-se presente, que o estranho seja-nos familiar (MOSCOVICI, 1978: 64-65).

O ideário positivista serve como o *fio que tece a trama na construção da representação social* do “pequeno produtor e sua família” nos textos da atividade de “Bem-Estar Social” da EMATER-MG. Está presente nos conceitos empregados que explicitam esta **representação**, como na concepção de mundo própria da Extensão Rural, o qual é visto como aquele constituído e regido por leis evolutivas contínuas, e por princípios de invariabilidade e constância que conduzem ao **progresso**, que por sua vez está subordinado à **ordem**. Apóia-se na crença de que a ciência pode resolver todos os problemas sociais, através do **planejamento** e da **organização**, e que a humanidade progredirá indefinidamente.

A Extensão Rural em sua prática educativa informal, tendo em vista a conexão entre **representação social** e ideologias subjacentes nos textos empregados na atividade de “Bem-Estar Social”, envereda por caminhos assistencialistas e de mera capacitação técnica, aviltando a dimensão histórico-cultural, a totalidade da práxis humana. Este caminho assistencialista e de capacitação técnica é viável e possível na prática educativa informal da Extensão Rural, devido à presença dos princípios da filosofia positivista e da necessidade da mesma em convalidar sua **representação** na artimanha da trama tecida que dá sustentabilidade à sua ação junto ao universo rural brasileiro.

A Extensão Rural ao desenvolver um trabalho educativo assistencialista e controlador, impossibilita que o pequeno produtor desenvolva criticamente sua consciência, que aprenda e apreenda a realidade em que está inserido em sua complexidade e dinâmica, e as relações de poder existentes na mesma. São homens, mulheres, jovens, crianças, limitados e “assistidos”, que paulatinamente distanciam-se da dimensão de sujeitos históricos, sociais, de práxis. Sua prática educativa transforma em “moderno” o “pequeno produtor e sua família” e é uma excelente forma, para o capital, de controlar a terra e o seu uso. A existência humana só é possível num processo de construção social-histórico, em sua totalidade.

A questão do homem deve ser o grande pressuposto no âmbito educacional, e em cima desse pressuposto, é que se coloca o conhecimento. O conhecimento não é uma situação única e fechada. É um processo histórico e social desde sua origem, e é co-originário no homem. Ele não é uma sucessividade natural de uma etapa para outra, mas, por estar dentro do processo histórico do homem, assume formas históricas diferentes, que são coexistentes e não substitutivas. Segundo Paulo Freire, o conhecimento:

(...) exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (1977: 27).

O conhecimento produzido e difundido pela atividade de "Bem-Estar" tem uma função social específica no contexto do extensionismo. O conhecimento que o "pequeno produtor rural e sua família" recebem dos extensionistas é não-crítico, é uma somatória de informações e tecnologias.

A concepção de educação defendida pela EMATER-MG é a de transmissão de conhecimento sistematizado ao homem do campo através dos extensionistas que são possuidores de saberes especializados. E a função deste modelo de educação é o desenvolvimento de atributos pessoais, ou melhor, capacidades e experiências que são obrigatórias para que os indivíduos bem desempenhem seus papéis sociais. Nesta perspectiva, educação provoca transformações na sociedade rural, o que contribui para o aumento no uso de tecnologia, que por sua vez também opera novas transformações nesta sociedade. O trabalho de educação informal da Extensão Rural, na perspectiva proposta pelos documentos aqui analisados, permite-nos afirmar, que é muito mais interventor do que contribuidor para o processo de emancipação socioeconômica e política do "pequeno produtor rural e sua família".

É interventor, mas mantém a aparente neutralidade técnica e democrática como fator essencial para sua assimilação e consolidação. Escamoteia a intervenção, mistificando a autonomia outorgada ao "pequeno produtor e sua família".

O "pequeno produtor e sua família" acatam como naturais suas condições de existência. Não detectam o processo de construção histórico que entrelaça e amarra as relações sociais de produção. Desta forma não se percebem enquanto sujeitos com potencialidades de auto-transformação e transformadores da realidade. Sentem-se sempre amparados pelo trabalho assistencialista da Extensão Rural, ficando à mercê do traçar dos caminhos e descaminhos dos extensionistas. São homens privados do gozo da autonomia. São heterônomos.

Bibliografia

a) Livros consultados.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. *Plano diretor quinquenal dos serviços de Extensão Rural (1961/1965)*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Marco geral de referência: estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho*. Brasília, 1975.

_____. *Sistema de planejamento para o SIBRATER*. Brasília, 1979.

CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Coleção primeiros passos).

_____. *Cultura e democracia*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1989.

EMATER-MG. *Atos constitutivos*. Belo Horizonte, 1976.

_____. *Política e diretrizes para implantação do sistema operacional da EMATER-MG*. Belo Horizonte, 1977.

_____. *Diretrizes operacionais para o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMATER-MG*. Belo Horizonte, 1984, 37 p. (mimeo.).

FONSECA, Maria Teresa Lousa da Fonseca. *A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUARESCHI, Pedrinho. "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho e Jovchelovitch (Orgs) *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1994: 191-225.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação. In: *Em Aberto*. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994: 60-78.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. *Origem e evolução da Extensão Rural no Brasil: uma análise histórico-crítica*. Viçosa, 1987. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa.

QUEDA, Oriowaldo. *A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola*. Piracicaba, 1987. Tese de Livre Docência, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.

SPINK, Mary Jane (org). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SPINK, Mary Jane. *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais*. In.: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCHI, Sandra. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995: 117-45.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

B) - Fontes. - Habitação

ACAR-MG. *Melhoramento de cozinha*. Belo Horizonte: s/d.

_____. *Melhore sua cozinha. Facilite seu trabalho*. Belo Horizonte: s/d.

EMATER-MG. *Arrume bem o seu armário*. Belo Horizonte: 1983.

_____. *Mantenha limpa sua cozinha. Limpeza traz saúde*. Belo Horizonte: s/d.

- Saúde

EMATER-MG. **Acabe com a verminose**. Belo Horizonte: 1978.